

## Aumentos na função pública

# PS quer chegar à crise política com OE de expansão

**Governo.** Com a hipótese de o Orçamento ser chumbado, Sócrates tenta apresentar resultados e quer défice abaixo dos 7%

EVA CABRAL

José Sócrates está a preparar o embate anunciado com a crise política que pode estalar no Outono em torno da não aprovação do Orçamento para 2011, apostando levar à Assembleia da República projecções macroeconómicas que coloquem o défice do corrente ano abaixo dos 7%. O Governo pode partir daí para a estratégia de dizer que a consolidação orçamental está a produzir resultados e dessa forma assacar culpas políticas a quem nos partidos da oposição puser o seu Executivo em causa.

"O Governo está a preparar-se para levar ao Parlamento um Orçamento expansionista", referiu ao DN António Nogueira Leite, que negociou em nome do PSD o pacote de austeridade conhecido como PEC II, quando o País estava na iminência de uma bancarrota. Segundo Nogueira Leite, é "perfeitamente possível chegar ao fim do ano com um défice abaixo dos 7%, desde que os cortes de despesa previstos nas negociações com o PSD se concretizem e os dados da arrecadação fiscal do primeiro semestre tenham sequência". Nogueira Leite deixa o alerta para a necessidade de os cortes de despesa "serem efectivos sob pena de nada se estar a alterar a nível estrutural".

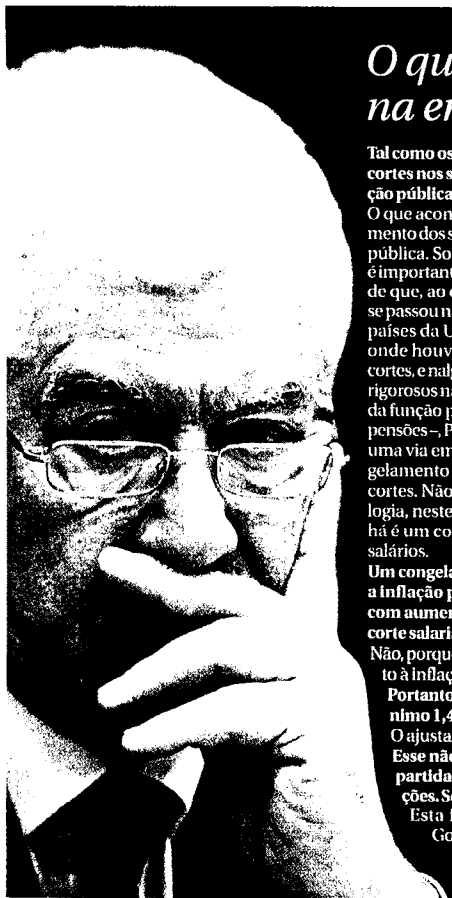
A campanha em prol de números "bons" conseguidos em curto espaço de tempo leva a que existam dúvidas sérias de que se pode estar perante o que fontes sociais-democratas qualificam ao DN como um "novo episódio na estratégia de vitimização do Executivo".

Já nas Jornadas Parlamentares do PSD, Passos Coelho chamou a atenção dos deputados para o facto de o Executivo estar em clima de "campanha eleitoral", adiando que os indicadores económicos a apresentar no Outono podem ser bastante mais simpáticos do que

se adivinharia no início do ano.

No próprio debate do estado da Nação, Sócrates abriu caminho para este percurso e disse que "a execução orçamental do primeiro semestre de 2010 mostra que o programa de consolidação está a produzir resultados". Sócrates revelou mesmo que "de Janeiro a Junho a receita fiscal aumentou 6,3%, estando cinco pontos acima do orçamentado". O primeiro-ministro fez ainda questão de frisar que nos três últimos meses de Abril, Maio e Junho se verificou um decréscimo no número de desempregados inscritos no IEF. São números em princípio marcados pelo aumento sazonal de emprego, mas o Executivo tem um "balão de oxigénio" neste domínio, uma vez que o Censos 2011 implica o recrutamento de 30 mil pessoas, como revelava o *Sol*. A contratação vai começar no início do ano e permitirá cortar, ainda que temporariamente, 0,5% na taxa de desemprego.

Com o OE para 2011 a ser preparado pelos ministérios, o último dado que indicia esta estratégia pre-eleitoral do PS foi o anúncio da mi-



## O que disse a ministra na entrevista ao DN

**Tal como os anunciados cortes nos salários da função pública?**

O que acontece é o congelamento dos salários da função pública. Sobre isso também é importante termos a noção de que, ao contrário do que se passou na maior parte dos países da União Europeia – onde houve efectivamente cortes, e alguns foram muito rigorosos não só nos salários da função pública como nas pensões – Portugal optou por uma via em que há um congelamento de salários e não cortes. Não fazemos futurologia, neste momento o que há é um congelamento dos salários.

**Um congelamento que, com a inflação prevista de 1,4%, com aumento zero, será um corte salarial?**

Não, porque há o ajustamento à inflação.

**Portanto, vai haver no mínimo 1,4% de aumento?**

O ajustamento é esse.

**Esse não será o ponto de partida para as negociações. Será o final?**

Esta foi a decisão do Governo em relação

à política salarial para 2011. Depois, logo veremos.

**Essa é uma nova realidade?**

Não, é a medida que está! A medida no PEC é em relação a 2011.

**Que significa que vai haver um aumento de 1,4%...**

O congelamento salarial é isso que implica. Não há aumentos salariais de x por cento, mas há tudo o que tem que ver com o ajustamento normal dos salários.

**Esse valor já é conhecido?**

Não. Aquilo que há neste momento é o congelamento dos salários.

**Acha que vai conseguir negociar com os sindicatos da função pública?**

Eu não negoceio com os sindicatos da função pública, é o secretário de Estado da Administração Pública que o faz. Eu não intervenho em rigorosamente nada nessa matéria, que é gerida pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública.

**oia e o exerto em**  
[www.dn.com/economia](http://www.dn.com/economia)

nistra do Trabalho que ao DN admitiu que os aumentos na função pública podiam vir a cobrir a inflação (*ver texto ao lado*). Apesar de horas depois Helena André ter reconhecido que a condução da política de salários da função pública está nas Finanças, o certo é que é impossível esquecer que em 2009 o ciclo eleitoral foi acompanhado por aumentos salariais de 2,9%.

### NOTA DO REDACTOR...

No seguimento de uma pergunta sobre como é que o Governo vai cortar 1% do PIB na despesa social até 2013, surgiu a questão dos cortes salariais na função pública e a declaração polémica da ministra Helena André. A governante confirmou o "ajustamento" de 1,4% quando lhe apontei esse valor previsto para a inflação ao responder: "O ajustamento é esse."

A governante confirmou uma vez mais a intenção de o fazer, no decurso do fogo cruzado de pergunta/resposta sobre esse ponto que se quis bem esclarecido, ao responder: "Esta foi a decisão do Governo em relação à política salarial para 2011." As respostas da ministra nesta parte da entrevista foram reproduzidas no DN exactamente como foram proferidas. Não foram em nada alteradas e verificaram-se entre os minutos 48.48 e 50.42 da gravação. Para que não restassem dúvidas sobre a questão dos salários da função pública, fiz seis perguntas nesse âmbito à ministra Helena André e esclareci as minhas dúvidas duas vezes com o assessor.

JOÃO CÉU SILVA

### ... E UMA EXPLICAÇÃO

Já depois de a polémica estar instalada, contactado pelo DN no sentido de perceber se a ministra iria promover uma conferência de imprensa para esclarecer as afirmações efectuadas na entrevista concedida ao DN, Mário Ribeiro, assessor de imprensa de Helena André, garantiu que tal não sucederia, uma vez que as explicações da ministra já tinham sido dadas à Lusa, numa declaração difundida durante a manhã.

No entanto, ao final da tarde, a ministra recebeu um grupo de jornalistas – nenhum deles do DN porque o jornal não foi informado – a quem esclareceu o que dissera. Em resumo, afirmou que tinha sido "mal-entendida", que havia "um equívoco" porque "nada está decidido" e quanto a aumentos da função pública o assunto não é da sua competência, mas do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Confrontado com o facto de o DN não ter sido convocado, o assessor Mário Ribeiro limitou-se a dizer que não se tratara de uma conferência de imprensa e que portanto não houve qualquer omissão.

### NÚMEROS

#### Agora

#### Outubro 2010

#### DÉFICE

➤ **7,3%** Respondendo à crise, o Executivo comprometeu-se com Bruxelas a uma nova meta para o défice de 7,3%.

➤ **Menos de 7%** Teixeira dos Santos poderá chegar à AR com um OE para 2011 com cenário de revisão de défice abaixo de 7%.

#### DESEMPREGO

➤ **9,8%** A crise fez disparar o desemprego para cerca de 600 mil pessoas (previsão do Governo).

➤ **Menos 0,5%** Censos 2011 vai 'empregar' 30 mil pessoas. Desemprego baixa 0,5%.

#### AUMENTOS

➤ **0%** Moderação salarial é palavra de ordem. Teixeira dos Santos quer aumentos abaixo da inflação

➤ **Mais 1,4%?** Helena André admite 1,4% para funcionários públicos e depois recua. No Outono ver-se-á.

# Segundo Governo de Sócrates marcado pela descoordenação

**INCIDENTES** Acumulam-se os exemplos de descoordenação dentro do Governo. E tanto envolvem ministros independentes como do PS

O caso da entrevista de Helena André ao DN, em que a ministra se meteu por áreas que não suas mas sim das finanças (política salarial da função pública), está longe de ser um caso único de descoordenação interministerial no actual Executivo.

Dentro do Governo revelou-se altamente polémica a aprovação do PEC I. O documento propõe tectos para a despesa social, nomeadamente no rendimento social de inserção, e foi objecto de forte contestação, em Conselho de Ministros, pelo anterior titular da pasta da Segurança Social, José António Vieira da Silva, agora com a pasta da Economia.

Paulo Pedroso, ex-ministro socialista com esta pasta no último Governo de António Guterres, chegou a escrever que estava feliz por nesta legislatura não ser deputado do PS. Foi ele, juntamente com o próprio Vieira da Silva, um dos inventores do rendimento mínimo garantido (que antecedeu o actual rendimento de inserção social) e portanto era a sua "herança" que estava posta em causa. E uma

das principais bandeiras de esquerda no PS.

Outro caso foi protagonizado por Luís Amado. O ministro dos Negócios Estrangeiros mostrou-se favorável à imposição de tectos constitucionais ao défice ou à dívida pública, algo que, no plano da UE, a Alemanha gostaria de ver generalizado em todos os países.

Luís Amado foi publicamente desautorizado por José Sócrates, que disse discordar da ideia — sendo que assim o PS não a viabilizará na revisão constitucional que se aproxima.

Nas Obras Públicas também têm sido visíveis sinais de descoordenação. O ministro António Mendonça foi ao interior transmontano dizer que as novas auto-estradas iriam ser portajadas, mas horas depois foi forçado a explicar que afinal seriam só pequenos troços.

Além do mais, as negociações com o PSD para acabar com as Scut têm decorrido aos solavancos, não se percebendo qual é afinal a posição do Governo.

O secretário de Estado Paulo Campos propôs uma lista de 46 concelhos que seriam isentos de pagamento, mas no dia seguinte saiu logo uma notícia, no *Expresso*, dizendo que essa lista fora divulgada sem o primeiro-ministro saber. I.R.H.

## OUTROS CASOS

### LUÍS AMADO MNE

O ministro dos Negócios Estrangeiros defendeu que deveria haver um tecto constitucional para o défice público ou a dívida pública. Uma medida da qual o primeiro-ministro José Sócrates discordou publicamente.



### VIEIRA DA SILVA Economia

O ministro da Economia discordou de medidas do primeiro Programa de Estabilidade e Crescimento. Críticas que, embora ditas em Conselho de Ministros, acabaram por se tornar públicas.



### ANTÓNIO MENDONÇA Obras Públicas

O ministro das Obras Públicas anunciou que as novas auto-estradas do interior transmontano iriam ser portajadas. Depois disse que só aconteceria em troços muito limitados.



“A decisão do Governo é fazer um ajustamento de 1,4%”

HELENA ANDRÉ  
MINISTRA DO TRABALHO



FOTOGRAFIA: PHOTOFEST/ISTOCK; MARKORIZATVICA; ORI ANXIAL; PEDRO ALVES; BRAGA/IMAGIS

## Sindicatos acusam governante de lançar “balão de ensaio” do Executivo

**AUMENTOS** Líderes sindicais dizem que o Executivo está a preparar a apresentação de medidas prejudiciais para a função pública

Os responsáveis dos principais sindicatos da função pública mostraram-se ontem surpreendidos pelo valor dos aumentos salariais avançado pela ministra do Trabalho e acusam o Governo de estar a preparar caminho para a apresentação de propostas “prejudiciais” para os funcionários do Estado. Helena André veio afirmar ontem que na entrevista ao DN em que falou em aumentos iguais aos da inflação (1,4%) foi “mal entendida”, tudo não passou de “um equívoco” e “nada está decidido.”

“É certo que a ministra não tem competência em matéria de aumentos na função pública [a ministra esclareceu ontem que tal competência é do Ministro das Finanças], mas também é verdade

que participa nas reuniões do Conselho de Ministros e por isso sabia o que dizia quando avançou com os 1,4%”, afirmou Ana Avoila, da Frente Comum. Para a sindicalista, o esclarecimento de ontem “está em linha com o que tem sido a actuação do Governo: anuncia e depois vem desmentir”.

### REACÇÕES

“[Helena André] participa no Conselho de Ministros e sabia o que dizia quando avançou com os 1,4%”

ANA AVOILA  
FRENTE COMUM

“As declarações são um balão de ensaio do Governo para perceber qual a reacção dos parceiros sociais”

BETTENCOURT PICAÇÃO  
STE

Já Bettencourt Picação, do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), mostrou-se “preocupado com o facto de já ter sido avançado um valor para os aumentos, ao que tudo indica já tido como final, sem sequer terem sido iniciadas as negociações com os sindicatos”. “Encaramos as declarações da ministra, ainda por cima sem competência na pasta, como o lançamento de um balão de ensaio por parte do Governo, para perceber qual a reacção dos parceiros sociais a este valor”, sublinhou ao DN, frisando que “esta situação não abona a favor de uma negociação razoável”.

Visão semelhante foi manifestada por Nobre dos Santos, da Fesap, que considerou que as declarações de Helena André sobre os aumentos da função pública foram “precipitadas e estapafúrdias”, uma vez que a ministra falou “sobre questões de uma pasta que não é a sua e sem haver negociações iniciadas”. J.C.B.

## OPINIÃO

### Processo de obstinação em curso



JOSÉ ADELINO MALTEZ  
Professor universitário

› Neste processo de obstinação em curso, o lusitano léxico continua a encontrar, quotidianamente, novas variantes para o verbo mendonçar. Isto é, ninguém entende correctamente a *newspeak* do ministerialês, pelo que tem que ser emitida interpretação autêntica, a partir do Gabinete do mesmo ministro, ou através de uma conferência de imprensa de quem acredita que o discurso político é construtivista da realidade, sobre-

tudo daquela ponte do tédio que vai daqui para o não-lugar.

Ontem silvapereirizou-se, antontem canavilhou-se, hoje foi a ministra que tem Valter Lemos como ajudante, e quase todos vão dizendo que afinal não vimos, não ouvimos e não lemos. Aliás, só podemos colmatar as lacunas de competência recorrendo a Pitágoras, a Trismegisto e não a essa ciência exacta do discurso de um psicodrama que se aproxima, cada vez mais, do perfil de um João Franco e de um António Maria da Silva.

A aritmética parlamentar e o decretino ministerialista já não coincidem com a divina geometria política. Estamos mesmo à beira de uma necessidade de refrescamento da legitimidade de exercício, bem diversa do presente uso e abuso da mera legitimidade de título...